



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO
CURSO DE JORNALISMO

**RETRATOS DA ACESSIBILIDADE EM CAMPO
GRANDE**

A vivência de pessoas com deficiência no espaço urbano

ISADORA DE OLIVEIRA COLETE

Campo Grande
NOVEMBRO /2025

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ISADORA DE OLIVEIRA COLETE

RETRATOS DA ACESSIBILIDADE EM CAMPO GRANDE

A vivência de pessoas com deficiência no espaço urbano

Relatório apresentado como requisito parcial para aprovação na disciplina Projeto Experimental II do Curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Orientador(a): Prof.^a. Dr.^a. Laura Seligman

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título do Trabalho: "RETRATOS DA ACESSIBILIDADE EM CAMPO GRANDE - A vivência de pessoas com deficiência no espaço urbano"

Acadêmica: Isadora de Oliveira Colete

Orientadora: Laura Seligman

Data: 24/11/2025

Banca examinadora:

1. Taís Marina Telaarolli Fenelon
2. Carina Elisabeth Maciel

Avaliação: (x) Aprovado () Reprovado

Parecer: recomendação de exibição na TV UFMS e outras plataformas.
Destaca a qualidade do trabalho.

Campo Grande, 24 de novembro de 2025.

NOTA
MÁXIMA
NO MEC

UFMS
É 10!!!



Documento assinado eletronicamente por **Laura Seligman, Professora do Magistério Superior**, em 24/11/2025, às 18:02, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **6009784** e o código CRC **A496B7C3**.

COLEGIADO DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO (BACHARELADO)

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.015712/2025-27

SEI nº 6009784



AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha família, que sempre me apoiou e me manteve bem, mesmo de longe. Foram quatro anos surpreendentes em todos os sentidos. Deixar meu irmão caçula para trás para seguir meus sonhos foi uma das decisões mais difíceis da minha vida. Mesmo após anos, sei que ele ainda sente a minha falta, e eu ainda carrego a culpa de tê-lo deixado. Aos meus pais, que seguraram as pontas por todo esse tempo, mantendo duas casas e muitas despesas, mas sem nunca reclamar. Pelo contrário, senti o orgulho deles quando me viram estrear na televisão.

Agradeço à minha orientadora, professora Laura Seligman, pela paciência, dedicação e por todas as orientações que tornaram possível a realização deste trabalho. Agradeço também pela presença durante uma das captações e por todo o apoio e incentivo ao longo do processo. Aos meus amigos, que mesmo enfrentando as mesmas dificuldades e a correria do tempo, sempre se apoiaram mutuamente, ajudando nas captações, dando opiniões e dividindo o peso e a alegria dessa caminhada.

Aos meus entrevistados, Beatriz Marques, Caio Henrique, Fabiana Maria das Graças, Jaqueline Tsalikis, Mirella Ballatore, Sarah Pacini e Vanderley Rodrigues, pela generosidade em compartilhar suas histórias, experiências e reflexões, que deram vida a este documentário.

Aos colegas que colaboraram diretamente nas gravações e captações, Ana Beatriz Leal, Júlia Nogueira e Kauã Santos, pelo apoio técnico e pela parceria em todas

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



as etapas do processo. Ao Antônio Paes, que contribuiu na edição e finalização do documentário, pelo suporte e comprometimento em garantir a qualidade do produto final.

Agradeço também a Valdecir Shiroma, pelas imagens de drone que enriqueceram a narrativa visual, por me liberar nos horários necessários para as captações e por permitir que eu utilizasse a máquina de edição do serviço até mais tarde para concluir o documentário. Meus sinceros agradecimentos a todos que fizeram parte dessa minha jornada da graduação. Vocês são muito especiais e fizeram tudo ser mais lindo. Sou muito grata!

FACULDADE DE ARTES, LETRAS E COMUNICAÇÃO

Cidade Universitária, s/nº - Bairro Universitário
79070-900 - Campo Grande (MS)
Fone: (0xx67) 3345-7607 <http://www.ufms.br>
<http://www.jornalismo.ufms.br> / jorn.faalc@ufms.br



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	10
1.1 Execução	10
1.2 Dificuldades Encontradas	13
1.3 Objetivos Alcançados	15
2 SUPORTES TEÓRICOS ADOTADOS	17
2.1 Deficiência: modelos e perspectivas.....	17
2.2 Histórico e trajetória dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil	17
2.3 Acessibilidade e políticas públicas.....	19
2.4 Acessibilidade aos serviços de saúde	19
2.5 Mercado de trabalho	20
2.6 Documentário e o jornalismo	20
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS.....	25



RESUMO

Este é o relatório do documentário Retratos da Acessibilidade em Campo Grande, que discute a acessibilidade de pessoas com deficiência na capital sul-mato-grossense e analisa, a partir das próprias vivências dos personagens, se os direitos garantidos por lei estão sendo efetivamente aplicados. A produção foi realizada de forma imersiva: a autora acompanhou o cotidiano dos entrevistados, circulou pela cidade e utilizou o transporte público junto a eles, vivenciando de perto os desafios enfrentados no dia a dia. As entrevistas revelaram que existe acessibilidade em Campo Grande, porém de forma restrita, não abrangendo todos os tipos de deficiência. Observou-se ainda a falta de fiscalização e o desrespeito de parte da população, como o uso indevido de vagas reservadas, carros estacionados em calçadas e rampas íngremes que dificultam a locomoção. O produto final resultou em um documentário jornalístico de aproximadamente 12 minutos, com cinco personagens que relataram suas experiências e lutas diárias, além de duas fontes especialistas que trouxeram reflexões e apontamentos sobre acessibilidade. O documentário propõe uma análise realista sobre a aplicação das políticas públicas e a vivência das pessoas com deficiência em Campo Grande.

PALAVRAS-CHAVE:

Jornalismo; Documentário; Acessibilidade; Pessoas com deficiência; Campo Grande



INTRODUÇÃO

A acessibilidade é um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal, que, em seu artigo 5º, determina que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988). Entre as legislações específicas, destaca-se a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que garante condições de igualdade, saúde, trabalho, acessibilidade e participação social, promovendo a inclusão plena desse grupo na sociedade. Apesar dos avanços legais, ainda é evidente a distância entre o que é garantido em lei e o que se observa na prática cotidiana, especialmente em relação à mobilidade urbana, acessibilidade arquitetônica e cumprimento efetivo das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

Segundo a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), pessoas com deficiência são aquelas que apresentam impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais de longo prazo que, em interação com diversas barreiras, podem dificultar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais. No Brasil, o Decreto nº 3.298/1999, em conjunto com a LBI, define seis tipos de deficiência: física, auditiva, visual, intelectual, múltipla e psicossocial. Além dessas, existem as chamadas “deficiências invisíveis”, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), a esquizofrenia e a fibromialgia, que muitas vezes não são percebidas de imediato, mas afetam profundamente o cotidiano das pessoas, reforçando a importância de políticas públicas mais sensíveis às diferentes realidades.

Historicamente, as pessoas com deficiência foram marginalizadas e excluídas da vida social, sendo alvo de preconceito e invisibilidade. A evolução do pensamento social e político em torno da deficiência passou da rejeição e do assistencialismo à valorização da autonomia e da inclusão. A LBI representa, portanto, uma mudança de paradigma: a deficiência deixa de ser tratada apenas como uma limitação individual e passa a ser compreendida como resultado da interação entre o corpo e as barreiras físicas, sociais e atitudinais impostas pela sociedade.



É nesse contexto que se insere o documentário Retratos da Acessibilidade em Campo Grande, que tem como objetivo compreender como pessoas com deficiência vivenciam a cidade e se os direitos previstos por lei são efetivamente aplicados em seu cotidiano. A produção buscou retratar o dia a dia dessas pessoas, suas adaptações e as barreiras que enfrentam para exercer plenamente sua cidadania. A escolha do tema surgiu da convivência pessoal e familiar da autora com pessoas com deficiência, experiência presente desde a infância e que despertou o desejo de compreender de forma mais profunda as desigualdades vivenciadas por esse grupo.

O processo de produção teve início no dia 12 de setembro de 2025, com uma reunião com a diretora da SEDISE/UFMS, Mirela, que indicou o primeiro personagem entrevistado, Vanderley Rodrigues, técnico da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e pessoa com deficiência visual. As captações ocorreram entre 17 de setembro e 21 de outubro de 2025, em diferentes locais da cidade, como universidade, espaços públicos, residências e desfile inclusivo. As gravações foram realizadas, em sua maioria, com o celular da autora, utilizando tripé e microfone de lapela próprios. Apenas uma captação, a do desfile de moda inclusiva, contou com o uso de equipamentos emprestados da universidade.

Ao todo, o documentário contou com sete participantes. Cinco deles foram fontes personagens: Sarah Pacini, que possui deficiência física decorrente de encurtamento de membro; Jaqueline Tsalikis, com amputação transfemoral; Vanderley, que é deficiente visual; Caio, jornalista com paralisia cerebral; e Mirella, que tem osteogênese imperfeita (síndrome dos ossos de vidro). Além deles, duas fontes especialistas contribuíram com análises e informações técnicas: Fabiana Maria das Graças, vice-presidente da Federação das APAEs de Mato Grosso do Sul, e Beatriz Marques, coordenadora de acessibilidade do Bioparque Pantanal. As gravações incluíram a sala de trabalho de Vanderley na UFMS, a sede da SEDISE, o transporte público e sua residência; o desfile de moda inclusivo com Sarah e Jaqueline; o percurso de Mirella pela cidade, com gravações na Assembleia Legislativa e na Casa do Cidadão; a residência de Fabiana; e o Bioparque Pantanal, onde foram entrevistados Caio e Beatriz.



Durante o desenvolvimento do projeto, algumas alterações ocorreram em relação ao pré-projeto inicial. O planejamento previa a participação de três personagens representando diferentes tipos de deficiência: física, visual e intelectual, porém, no decorrer da produção, o número de fontes aumentou para cinco personagens, sem a inclusão de uma pessoa com deficiência intelectual. Essa mudança ampliou a diversidade das experiências registradas e enriqueceu o resultado final, permitindo uma abordagem mais abrangente das deficiências motoras e sensoriais.

A elaboração e o processo de captação das entrevistas foi totalmente imersiva, eu vivenciei o cotidiano dos personagens, utilizei o transporte público com um deles, percorri ruas e acompanhei eventos, De forma prática, vi de perto as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência. Essa aproximação permitiu compreender as experiências sob a perspectiva dos próprios sujeitos, valorizando suas narrativas e percepções sobre acessibilidade.

O processo de edição foi realizado entre 8 de outubro e 10 de novembro de 2025, utilizando o programa Adobe Premiere. O resultado é um documentário jornalístico de aproximadamente 12 minutos, que combina entrevistas, imagens de apoio e observações de campo para apresentar um panorama das condições de acessibilidade em Campo Grande. O produto final busca contribuir para o debate público sobre inclusão e políticas de acessibilidade, oferecendo uma visão sensível e informativa sobre as vivências das pessoas com deficiência.

A experiência de produção foi marcada por intensa imersão e aprendizado. Presenciar de perto a rotina e as dificuldades dos personagens me despertou sentimentos de empatia e indignação diante das barreiras enfrentadas diariamente por esse público. Mais do que um produto audiovisual, o documentário se consolidou como um exercício de escuta e sensibilidade, reforçando o papel do jornalismo como instrumento de visibilidade e transformação social.



1 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O desenvolvimento do projeto começou no dia 12 de setembro de 2025, quando me reuni com a diretora da SEDISE/UFMS para buscar possíveis fontes para o documentário. A partir desse primeiro contato, iniciei a etapa de apuração, gravações e acompanhamento de pessoas com deficiência em Campo Grande (MS), com o objetivo de compreender como a acessibilidade é vivenciada na rotina e se os direitos garantidos por lei são realmente respeitados.

A proposta inicial previa o acompanhamento de três personagens com diferentes tipos de deficiência, mas ao longo do processo o número de fontes aumentou, resultando em sete entrevistas, entre personagens e especialistas. Essa ampliação possibilitou uma abordagem mais ampla e diversificada, sem alterar o propósito central do trabalho.

Durante as entrevistas, trabalhei com roteiros de perguntas simples e direcionadas ao tema, permitindo que as conversas fluíssem de forma natural. Somente após a conclusão das captações, elaborei o roteiro de edição, no dia 20 de outubro, definindo a estrutura do documentário, a ordem das entrevistas, os offs e a gravação da minha passagem, que foi realizada no dia 21 de outubro.

Todo o processo foi conduzido de forma imersiva, acompanhando o dia a dia das fontes em diferentes locais da cidade e registrando suas vivências de forma espontânea e sensível. As gravações aconteceram entre 17 de setembro e 21 de outubro, utilizando equipamentos próprios — celular, tripé e microfone de lapela — e a edição foi realizada entre 8 de outubro e 10 de novembro, no Adobe Premiere.

De modo geral, o desenvolvimento aconteceu conforme o planejado no pré-projeto, com poucas alterações. O formato documental se manteve como proposto desde o início e resultou em um vídeo de aproximadamente 12 minutos, que reúne relatos e reflexões sobre as condições de acessibilidade em Campo Grande.

1.1 Execução

A execução do projeto teve início após a reunião realizada no dia 12 de setembro de 2025, na SEDISE/UFMS, onde defini as primeiras possibilidades de fontes e comecei a planejar as etapas de gravação. No dia 16 de setembro, elaborei o roteiro de perguntas



da primeira entrevista e o encaminhei à minha orientadora, professora Laura Seligman, para revisão e ajustes.

A primeira captação ocorreu em 17 de setembro, com Vanderley Rodrigues, servidor da UFMS e pessoa com deficiência visual. A gravação foi realizada na sala da SEDISE e em parte do trajeto até o restaurante universitário, onde ele atua na fiscalização de acessibilidade. Utilizei um microfone de lapela e um tripé emprestados de colegas, além do meu celular e do celular do meu colega Kauã Santos, que me acompanhou e ficou responsável pelas imagens de apoio. A entrevista durou cerca de uma hora e meia, incluindo deslocamentos, e apresentou pequenas dificuldades técnicas relacionadas ao áudio, já que ainda não dominava o uso do equipamento.

No dia 21 de setembro, realizei duas entrevistas no Shopping Norte Sul, durante o desfile da Semana de Moda Inclusiva. As fontes foram Sarah Pacini, consultora de acessibilidade da empresa Inclua, e Jaqueline Tsalikis, modelo com amputação transfemoral decorrente de um acidente. Ambas possuem deficiência física. Fui acompanhada pela colega Ana Beatriz Leal e pela orientadora Laura Seligman. Por se tratar de um evento público, o ambiente apresentou ruídos, o que dificultou a captação de áudio. Ainda assim, consegui registrar as falas das duas, além de imagens de apoio durante o desfile.

A terceira captação foi em 23 de setembro, com Mirella Ballatores, presidente da Associação das Mulheres com Deficiência de Mato Grosso do Sul, que também tem síndrome dos ossos de vidro. A entrevista teve caráter imersivo: acompanhei a Mirella em um dia de trabalho, gravando em diferentes locais — dentro do carro, na Assembleia Legislativa e na Casa do Cidadão. Novamente contei com o apoio técnico da colega Ana Beatriz Leal. O objetivo foi registrar a rotina e os desafios enfrentados por uma mulher com deficiência no ambiente profissional e urbano.

Em 14 de outubro, realizei a segunda captação com Vanderley Rodrigues, dessa vez para registrar o trajeto dele entre a UFMS e sua residência, utilizando o transporte público. Fui acompanhada pelo colega Kauã Santos, que auxiliou na captação das imagens. Essa gravação foi essencial para demonstrar as dificuldades enfrentadas por



uma pessoa cega ao se deslocar pela cidade, especialmente nos pontos de ônibus e calçadas.

A quinta entrevista ocorreu em 16 de outubro, com Fabiana, vice-presidente da Federação das APAEs de Mato Grosso do Sul. A gravação foi feita em sua residência e contou com o apoio da minha mãe e do meu irmão, que me ajudaram na operação da câmera. Fabiana contribuiu como fonte especialista, explicando o funcionamento das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência e os desafios enfrentados pelas instituições.

No dia 20 de outubro, elaborei o roteiro de edição com base em todo o material coletado. O roteiro foi revisado e aprovado pela orientadora Laura Seligman, e serviu como base para a gravação da minha passagem e para a definição das locuções em off.

No dia 21 de outubro, realizei duas últimas gravações no Bioparque Pantanal: a entrevista com Caio, jornalista com paralisia cerebral, e com Beatriz, coordenadora de acessibilidade do local, que atua diretamente com visitantes com deficiência. Essas entrevistas encerraram o processo de captação e foram fundamentais para conectar o olhar dos personagens com o das especialistas. No mesmo dia, gravei também a minha passagem de introdução ao documentário, com o apoio da colega Julia Nogueira, que me auxiliou na operação da câmera.

O processo de edição começou no dia 20 de outubro, em paralelo às últimas captações, e se estendeu até 10 de novembro. Todas as etapas foram realizadas por mim, com apoio pontual de colegas. No dia 23 de outubro, contei com a ajuda de Matheus Nunes, que me auxiliou na elaboração da introdução e na criação da trilha sonora do documentário. Já entre os dias 7 e 10 de novembro, o colega Antonio Paes colaborou na etapa de finalização da edição, auxiliando nos ajustes finais de som e imagem.

Durante o processo, precisei converter parte dos arquivos, pois alguns vídeos gravados pelo celular não eram compatíveis com o software. A primeira versão do documentário ficou pronta em 23 de outubro, e, a partir daí, foram feitas correções, inserção de legendas, créditos e ajustes finais.



A execução foi marcada pela intensidade e pela vivência direta com os personagens. Em cada gravação, busquei não apenas coletar depoimentos, mas acompanhar suas rotinas, observar os espaços e compreender de forma prática o que significa viver com deficiência em uma cidade que ainda apresenta tantas barreiras de acessibilidade.

1.2 Dificuldades Encontradas

Durante a execução do projeto, algumas dificuldades se apresentaram ao longo do processo de gravação, edição e finalização do documentário. O principal desafio foi a limitação de equipamentos. Inicialmente, eu possuía apenas o celular, o que comprometeu a qualidade técnica das primeiras captações. A primeira entrevista, realizada com o uso de um microfone emprestado, apresentou falhas sonoras significativas, exigindo a regravação do conteúdo. Diante disso, foi necessário investir recursos próprios na compra de um microfone de lapela e um tripé, somando mais de R\$ 400, para garantir melhores condições de captação nas etapas seguintes.

Outra dificuldade técnica recorrente foi o espaço de armazenamento. Como a gravação seria inicialmente feita com o apoio de um colega que usaria uma câmera, precisei adaptar o planejamento e realizar todo o processo com o celular. Para isso, tive que contratar armazenamento em nuvem adicional, compartilhado com um colega, a fim de garantir espaço suficiente para as entrevistas e imagens de apoio. Ainda assim, o celular apresentou travamentos e superaquecimento durante as gravações, o que exigiu o uso constante de um carregador portátil.

No processo de edição, os obstáculos continuaram. Todos os arquivos foram gravados em formato MOV, incompatível com o programa Adobe Premiere, que solicita vídeos em MP4. Além disso, o modo HDR do celular não era aceito pelo programa, o que resultava em distorções de cor. Por isso, cada arquivo — entrevistas e imagens de apoio — precisou ser convertido manualmente para SDR e MP4 por meio do aplicativo CapCut. Esse processo levou cerca de uma semana, devido à extensão e ao volume de material gravado, e atrasou significativamente o início da edição.



As condições de gravação também apresentaram desafios. No desfile de moda inclusiva, o som ambiente comprometeu a qualidade do áudio da entrevista com uma das personagens, em razão da música alta e do fluxo constante de pessoas. Durante as captações no ônibus, o espaço reduzido e o movimento do veículo dificultaram o enquadramento e limitaram o uso de equipamentos, já que eu não podia gravar os rostos dos passageiros. Em contrapartida, as gravações no Bioparque Pantanal apresentaram apenas ruído leve de fundo, devido ao som da água no ambiente, sem prejuízo relevante ao áudio.

A disponibilidade das fontes também exigiu flexibilidade. Algumas entrevistas só puderam ser realizadas em horários específicos — muitas vezes pela manhã, quando eu estava em horário de trabalho — o que demandou trocas de turno e reorganização da minha rotina. Em uma das ocasiões, precisei me deslocar à noite até a casa de uma fonte para garantir a entrevista, já que ela viajaria no dia seguinte. Como meu tripé estava emprestado a uma colega, foi necessário solicitar o envio do equipamento por meio de entrega rápida. Apesar dos imprevistos, todas as entrevistas previstas foram realizadas dentro do prazo.

Outro desafio importante foi o processo de edição. Como o computador pessoal não suportava o programa Adobe Premiere, precisei realizar a edição no local onde trabalho, utilizando a estrutura disponível após o expediente. Com autorização e supervisão, permaneci por cerca de uma semana trabalhando entre 18h e 23h30, conciliando a edição com as demais atividades acadêmicas e profissionais.

Além das dificuldades técnicas, o processo também envolveu desafios emocionais. A rotina intensa, aliada à preocupação constante em garantir a qualidade do material e cumprir prazos, gerou momentos de ansiedade e cansaço. A imersão na realidade das pessoas com deficiência, acompanhando de perto suas rotinas e desafios, também trouxe uma carga emocional significativa.

Por fim, a finalização do relatório escrito também representou uma etapa desafiadora. A elaboração do documento ocorreu entre os dias 7 e 10 de novembro, um prazo reduzido diante da complexidade da escrita e da necessidade de revisão pela orientadora antes do envio à banca. Foram dias intensos de trabalho para concluir tanto



o produto audiovisual quanto o relatório, conciliando prazos curtos, revisões e correções finais. Apesar disso, todas as etapas foram concluídas dentro do cronograma, com entrega final no dia 10 de novembro.

1.3 Objetivos Alcançados

Os objetivos gerais e específicos propostos foram atingidos de forma satisfatória, com pequenas adequações necessárias ao desenvolvimento do projeto e à execução do documentário final.

O objetivo geral, de narrar, em formato documental, histórias de pessoas com deficiência e como elas enfrentam as barreiras de acessibilidade em Campo Grande (MS), foi plenamente alcançado. O produto final apresentou diferentes vivências e realidades, evidenciando os desafios diários dessas pessoas e a distância existente entre os direitos garantidos por lei e a realidade vivenciada por elas no espaço urbano.

O primeiro objetivo específico, de descrever o cotidiano de pessoas com diferentes tipos de deficiência, foi atingido com êxito. Foram apresentadas sete fontes, sendo cinco personagens e duas especialistas, com diferentes tipos de deficiência — física, motora, visual e paralisia cerebral — garantindo diversidade de histórias e perspectivas. A única adequação necessária foi a ausência do perfil com deficiência intelectual, que não pôde ser incluído por limitações de tempo e disponibilidade das fontes.

O segundo objetivo específico, de mostrar as dificuldades e adaptações enfrentadas por essas pessoas, também foi cumprido. As entrevistas e imagens captadas revelaram desafios que vão desde o deslocamento pela cidade até o acesso a espaços públicos e serviços básicos. O documentário permitiu que essas situações fossem retratadas de forma imersiva, mostrando não apenas as barreiras físicas, mas também as atitudinais, como o desrespeito às vagas prioritárias e às calçadas acessíveis.

O terceiro objetivo específico, de analisar os impactos da acessibilidade — ou da falta dela — na inclusão social e na qualidade de vida, foi alcançado a partir das falas dos próprios entrevistados, que relataram suas experiências e percepções sobre o tema.



As fontes especialistas contribuíram para contextualizar essas vivências, trazendo reflexões sobre o papel das políticas públicas e a importância da conscientização social.

De modo geral, os objetivos propostos foram cumpridos de forma satisfatória. As pequenas alterações realizadas durante o percurso — como a ampliação do número de fontes e a não inclusão do perfil com deficiência intelectual — não comprometeram o resultado final. Pelo contrário, contribuíram para enriquecer o documentário e garantir uma representação mais ampla da realidade das pessoas com deficiência em Campo Grande. O trabalho atingiu seu propósito de informar e, sobretudo, sensibilizar o público para a importância da acessibilidade e da inclusão.



2 SUPORTES TEÓRICOS ADOTADOS

2.1 Deficiência: modelos e perspectivas

A compreensão sobre as deficiências passou por transformações significativas ao longo da história. Tradicionalmente, o modelo médico entendia as deficiências como anomalias individuais, localizadas no corpo ou na mente da pessoa, que exigiam tratamento ou cura visando sua ‘normalização’ (Oliver, 1996). Contudo, essa visão reducionista desconsiderava a influência das barreiras sociais, culturais e ambientais que dificultam a participação plena das pessoas na sociedade.

Em contraponto a esse paradigma, o modelo social da deficiência, consolidado a partir das lutas dos movimentos de pessoas com deficiência nas décadas de 1970 e 1980, propõe que a deficiência não reside no indivíduo, mas nas limitações impostas pelo meio social (Oliver, 1996). Nesse modelo, a deficiência é compreendida como um fenômeno coletivo, produzido pelas barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais existentes na sociedade.

No contexto brasileiro, essa perspectiva social está expressa na Constituição Federal de 1988 e foi reforçada pela criação da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que assegura direitos fundamentais às pessoas com deficiência e estabelece a acessibilidade como um direito básico e condição essencial para o exercício pleno da cidadania (Brasil, 1988; Brasil, 2015).

2.2 Histórico e trajetória dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil

Historicamente, pessoas com deficiência foram submetidas à marginalização, invisibilidade e exclusão social. Essa trajetória reflete preconceitos profundamente enraizados em diversas culturas, nos quais a deficiência era vista como uma falha moral ou um castigo divino (Ferrari, 2011). Foi apenas a partir da segunda metade do século XX, com o fortalecimento de movimentos sociais específicos, que se iniciou um processo gradual de conquista de direitos e reconhecimento social.



No Brasil, a década de 1980 marcou o início de uma mobilização política articulada por movimentos de pessoas com deficiência, fortemente influenciados por debates internacionais, como os que culminaram na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), ratificada pelo país em 2008 (ONU, 2006; Brasil, 2008). Esses movimentos passaram a reivindicar a eliminação de barreiras estruturais e culturais, além do acesso ampliado a serviços públicos, educação, trabalho e saúde.

No contexto estadual, em Mato Grosso do Sul, destaca-se o Programa MS Acessível, que representa uma política pública voltada à promoção da inclusão das pessoas com deficiência. A iniciativa busca ampliar o acesso a espaços públicos e privados, além de fomentar a participação social plena (Secretaria de Estado da Cidadania, 2020). Apesar dos avanços observados, ainda persistem desafios concretos para a efetivação das leis e a superação das práticas sociais excludentes.

Apesar dos avanços observados, ainda persistem desafios concretos para a efetivação das leis e a superação das práticas sociais excludentes. Segundo dados do Censo 2022 do IBGE, cerca de 18,6 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, o que representa mais de 8% da população. No entanto, grande parte desse grupo ainda enfrenta dificuldades de acesso à educação de qualidade, ao mercado de trabalho formal e aos serviços públicos básicos.

Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, mesmo liderando o ranking nacional em acessibilidade urbana com 41,1% da população vivendo em áreas com rampas para cadeirantes (IBGE, 2022), isso ainda significa que mais da metade das áreas urbanas permanecem sem infraestrutura acessível. Além disso, barreiras atitudinais persistem como o preconceito e a invisibilização das deficiências não visíveis, dificultando a inclusão.

Esses dados mostram que, ainda que tenham as leis e políticas públicas, estamos longe de uma inclusão plena. Muitas dessas garantias não saem do papel por falta de fiscalização, continuidade nos investimentos e, principalmente, por causa de uma cultura que ainda não aprendeu a enxergar a deficiência com naturalidade e respeito.



2.3 Acessibilidade e políticas públicas

A acessibilidade é um direito central para a inclusão social das pessoas com deficiência, pois remove barreiras que impedem sua participação igualitária (Brasil, 2015). Em Mato Grosso do Sul, dados do Censo Demográfico de 2022 revelam que o estado lidera o ranking nacional em acessibilidade urbana, com 41,1% da população vivendo em áreas com rampas para cadeirantes (IBGE, 2022; Fraiha, 2025). Apesar desse avanço, mais da metade da população urbana ainda carece desse tipo de infraestrutura, o que evidencia a necessidade de continuidade e ampliação das ações públicas.

Além disso, políticas públicas que incentivam a adaptação e o reconhecimento de locais acessíveis têm sido implementadas, como o Projeto de Lei 11.263/24, intitulado Programa "Selo Cidade Inclusiva", que reconhece empresas e órgãos que promovem acessibilidade física e comunicacional para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (CMCG, 2024). Tais iniciativas contribuem para a sensibilização social e a valorização da acessibilidade.

2.4 Acessibilidade aos serviços de saúde

O acesso à saúde é um direito fundamental, e, para as pessoas com deficiência, a acessibilidade nos serviços de saúde é essencial para garantir um atendimento digno, humanizado e eficaz.

Nesse contexto, foi criado o Centro Municipal de Libras de Campo Grande (CMLIG), com o objetivo de atender pessoas surdas e/ou com deficiência auditiva. O centro oferece serviços especializados e promove a inclusão comunicacional no sistema de saúde, facilitando o acesso e reduzindo barreiras, especialmente as de comunicação, que figuram entre os principais obstáculos enfrentados por essa população (CMCG, 2021).

Entretanto, a acessibilidade na saúde vai além das adaptações físicas e comunicacionais. Ela inclui, também, a formação continuada dos profissionais da área, de modo a garantir o respeito à diversidade e às necessidades específicas das pessoas



com deficiência, como orienta a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2012).

2.5 Mercado de trabalho

O mercado de trabalho configura-se como um dos principais desafios para a inclusão social das pessoas com deficiência. Dados de Mato Grosso do Sul apontam que apenas 33,5% das pessoas com deficiência estão aptas para o trabalho, enquanto esse índice atinge 70,9% entre a população sem deficiência (Correia, 2022). Essa discrepância evidencia não apenas barreiras físicas, mas também obstáculos atitudinais e estruturais, que dificultam tanto o ingresso quanto a permanência dessas pessoas no emprego formal.

A legislação brasileira determina a obrigatoriedade de reserva de vagas para pessoas com deficiência em empresas com 100 ou mais funcionários, conforme estabelece a Lei nº 8.213/1991 (Brasil, 1991). No entanto, a efetividade dessa medida ainda enfrenta entraves, como a falta de acessibilidade nos ambientes laborais, a presença de preconceitos e a resistência de empregadores em contratar pessoas que demandem adaptações específicas, especialmente no caso de pessoas surdas (Silva, 2014).

Em Campo Grande, o Programa 'Selo Cidade Inclusiva' também se destaca como uma iniciativa de estímulo à inclusão no mercado de trabalho. O programa reconhece empresas e instituições públicas que promovem a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência, incentivando a adaptação de espaços e o oferecimento de atendimento adequado (CMCG, 2024). Tais ações são fundamentais para a promoção da igualdade de oportunidades e da autonomia das pessoas com deficiência.

2.6 Documentário e o jornalismo

A definição do que é documentário varia de autor para autor. Segundo Pessoa Ramos (2001), este gênero busca estabelecer uma representação de mundo e essa é baseada no que o documentarista considera correto – a sua visão sobre determinado



tema. Outro ponto importante é que não se trata de ficção, apesar de, por vezes, utilizar elementos da linguagem ficcional cinematográfica.

Puccini (2009, p. 177) desmonta a idéia de que o documentário é improvisado, não necessita roteiro ou argumento. Esse seria o que ficou conhecido como Documentário Direto, popular nos anos 1950 nos Estados Unidos.

Documentário é também resultado de um processo criativo do cineasta marcado por várias etapas de seleção, comandadas por escolhas subjetivas deste realizador. Essas escolhas orientam uma série de recortes, entre concepção da idéia e a edição final do filme, que marcam a apropriação do real por um discurso. (Puccini 2009, p. 177)

Ainda para Puccini (2009), os manuais de direção e produção de filmes documentários, tanto norte-americanos quanto britânicos, utilizam com frequência o termo ‘proposal’ para designar o texto de apresentação de um projeto documental. Essa proposta tem a função de servir como uma espécie de cartão de visita do realizador, sendo direcionada principalmente a potenciais financiadores da obra. Em virtude dessa finalidade, o texto deve empregar estratégias persuasivas capazes de convencer os interlocutores a apoiar a realização do projeto.

As orientações mais recorrentes presentes nesses manuais enfatizam a necessidade de concisão e objetividade na elaboração do “proposal”.

O principal desafio, portanto, consiste em demonstrar conhecimento e domínio sobre o tema abordado por meio de uma redação clara, sintética e bem estruturada. Com o objetivo de antecipar aspectos relacionados ao estilo e à estrutura narrativa do documentário, é comum a incorporação de um “treatment” à proposta — um primeiro tratamento que consiste em um resumo das principais sequências planejadas para o filme.

Puccini (2009) afirma que há quatro fontes de pesquisa para realizar um documentário. São eles: material impresso, material de arquivo (filme, fotos, arquivos de som), entrevistas e pesquisas de campo nos locais de filmagem. Também é normal realizar pré-entrevistas para criar vínculo com as personagens retratadas.



Já Moreira Salles (2005, p. 1) afirma que: “o documentário não é uma coisa só, mas muitas. Não trabalhamos com um cardápio fixo de técnicas nem exibimos um número definido de estilos”. Com isso, ele afirma que podem variar as formas de planejamento, roteirização, apresentação do som, edição de imagens etc.



3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do documentário “Retratos da Acessibilidade em Campo Grande” representou não apenas a conclusão de um processo acadêmico, mas também uma experiência de profunda imersão humana e jornalística. Meu principal objetivo foi compreender e retratar como pessoas com deficiência vivem e enfrentam, diariamente, as barreiras de acessibilidade na capital sul-mato-grossense, dando voz a histórias que, muitas vezes, permanecem invisíveis aos olhos da sociedade.

Durante o desenvolvimento do documentário, pude compreender com mais clareza como a acessibilidade realmente funciona na cidade e de que forma as políticas públicas são aplicadas. A partir das entrevistas e do acompanhamento das rotinas dos personagens, percebi que, embora Campo Grande possua iniciativas voltadas à acessibilidade, elas ainda são limitadas, pouco fiscalizadas e desiguais entre os diferentes tipos de deficiência. Em muitos casos, a acessibilidade existe apenas no papel — uma rampa íngreme demais, uma calçada irregular, uma vaga especial ocupada indevidamente ou a ausência de piso tátil são exemplos de obstáculos que comprometem o direito de ir e vir.

As entrevistas mostraram que, apesar de todas as dificuldades, essas pessoas se adaptam e seguem lutando por uma vida digna e inclusiva. Cada história revelou força, superação e resiliência: a Mirella, que enfrenta o medo constante de cair por ter ossos frágeis; o Vanderley, que depende do tato e da audição para caminhar pela cidade, enfrentando buracos e desníveis; e a Jaqueline, que é técnica de enfermagem e participou de um desfile inclusivo mesmo com a prótese machucando sua perna, mostrando que a vontade de viver e se expressar é mais forte que a dor. Essas vivências expõem o contraste entre o discurso da inclusão e a realidade enfrentada por quem convive com uma deficiência.

As fontes especialistas também contribuíram muito para o aprofundamento da discussão. A pedagoga Fabiana, vice-presidente da Federação das APAEs de Mato Grosso do Sul, destacou que a educação inclusiva ainda é um desafio nas escolas, especialmente quando se trata de alunos com deficiências intelectuais ou transtorno do espectro autista. Já Beatriz, coordenadora de acessibilidade do Bioparque Pantanal,



reforçou a importância da inclusão também nos espaços de lazer e cultura, lembrando que o direito de se divertir e ocupar ambientes públicos é parte essencial da cidadania.

Com duração aproximada de 12 minutos, o documentário combina uma narrativa leve e sensível com uma abordagem crítica e reflexiva. Todo o processo de produção — das entrevistas à edição final — foi feito com equipamentos pessoais, o que exigiu muito planejamento, dedicação e criatividade para superar as limitações técnicas e o curto prazo de execução. Mesmo com os desafios, o resultado final reflete fielmente o propósito que eu tinha desde o início: provocar reflexão sobre como a acessibilidade é tratada, percebida e vivida em Campo Grande.

Mais do que um produto audiovisual, este trabalho se tornou um exercício de empatia e conscientização. Conviver de perto com os personagens me fez compreender de forma mais profunda as desigualdades enfrentadas por pessoas com deficiência e o quanto ainda precisamos evoluir como sociedade. Como jornalista, essa experiência me fez crescer profissional e pessoalmente. Aprendi a escutar com sensibilidade, a respeitar o tempo das pessoas e a enxergar o jornalismo como uma ferramenta de transformação social.

Concluo que todos os objetivos propostos foram plenamente alcançados. O documentário cumpriu sua função ao dar visibilidade às experiências e desafios de quem enfrenta diariamente a falta de acessibilidade. Além disso, mostrou que a luta pela inclusão é contínua e depende do compromisso coletivo em reconhecer e respeitar as diferenças. Retratos da Acessibilidade em Campo Grande é mais do que um trabalho de conclusão de curso — é um convite à reflexão e à empatia, um registro da realidade e, principalmente, um lembrete de que a acessibilidade é um direito, e não um favor.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em: 22 maio. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 maio. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_pessoa_com_deficiencia.pdf. Acesso em: 15 maio. 2025.

CÂMARA MS. Centro Municipal de Libras oferece apoio na comunicação para população surda em Campo Grande. Câmara Municipal de Campo Grande, 27 out. 2021. Disponível em: <https://www.camara.ms.gov.br/noticias/centro-municipal-de-libras-oferece-apoio-na-comunicacao-para-populacao-surda-em-campo-grande/225016>. Acesso em: 22 maio. 2025.

CÂMARA MS. Selo Cidade Inclusiva é entregue a instituições comprometidas com a acessibilidade e inclusão. Câmara Municipal de Campo Grande, 26 mar. 2024. Disponível em: <https://www.camara.ms.gov.br/noticias/selo-cidade-inclusiva-e-entregue-a-instituicoes-comprometidas-com-a-acessibilidade-e-inclusao/229749>. Acesso em: 22 maio. 2025.

CAMPOGRANDENEWS. Campo Grande lidera ranking estadual de acessibilidade urbana, diz IBGE. Campo Grande News, 24 maio 2024. Disponível em:



<https://www.campograndenews.com.br/cidades/campo-grande-lidera-ranking-estadual-de-acessibilidade-urbana-diz-ibge>. Acesso em: 15 maio. 2025.

FERRARI, Aline França. A trajetória histórica da pessoa com deficiência: da exclusão à inclusão. Revista Ciência & Cognição, v. 16, n. 2, p. 49–59, 2011. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/447>. Acesso em: 14 de maio. 2025.

FRAIHA, Mylena. MS é o estado com maior número de rampas para cadeirantes nas calçadas, aponta IBGE. Campo Grande News, 24 maio de 2024. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/ms-lidera-em-acessibilidade-apesar-de-so-41-terem-rampas-perto-de-casa&sa=D&source=docs&ust=1748905822186836&usq=AOvVaw05OxIEo9-PDBUGq5C7pMfS>. Acesso em: 1 jun. 2025.

IBGE. Censo Demográfico 2022: Características da População e dos Domicílios - Resultados do universo. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 maio. 2025.

OLIVER, Michael. Understanding disability: from theory to practice. London: Macmillan, 1996.

ONU. Organização das Nações Unidas. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Nova York, 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/convencao-sobre-os-direitos-da-pessoa-com-deficiencia>. Acesso em: 23 maio. 2025.

PUCCINI, Sérgio. Introdução ao roteiro de documentário. Doc On-line, n.06, Agosto 2009, Disponível em www.doc.ubi.pt, pp. 173-190.

RAMOS, Fernão Pessoa e CATANI, Afrânio(orgs.). Estudos de Cinema SOCINE 2000, Porto Alegre, Editora Sulina, 2001, pp. 192/207

SALLES, João Moreira. A dificuldade do documentário. In: MARTINS, José Souza; ECKERT, Cornelia; CAIUBY NOVAES, Sylvia (orgs.) O imaginário e o poético nas ciências sociais. Bauru: EDUSC, 2005, p.57-71.



SECRETARIA DE ESTADO DA CIDADANIA. MS Acessível: Programa de acessibilidade urbana do Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2020. Disponível em: <https://www.secid.ms.gov.br/ms-acessivel/>. Acesso em: 15 maio. 2025.

SILVA, Terezinha do Carmo. Surdez e mercado de trabalho: exclusão ou integração? **Revista Benjamin Constant**, n. 37, p. 34–38, 2014. Disponível em: <https://revistabctec.ibc.gov.br/index.php/revista/article/view/130>. Acesso em: 2 jun. 2025.

Link do Documentário - https://youtu.be/LU8_3Bwr9ZU



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



APÊNDICES

	CENA	NARRAÇÃO
	ABERTURA COM IMAGENS APROXIMANDO E LEVANDO IMPACTO COMO EM UM TOP DE CINCO CONCEITOS RESPEITO EMPATIA DIREITO PERTENCIMENTO ACESSIBILIDADE	
	ISADORA AO VIVO/ BOLETIM	VOCÊ DORME, ACORDA, TOMA BANHO, VAI AO TRABALHO, USA O TRANSPORTE PÚBLICO, ENTRA E SAI DOS PRÉDIOS, VIVE SUA VIDA CONSIDERADA NORMAL. MAS, PARA MAIS DE 18 MILHÕES DE BRASILEIROS, A SUA VIDA NORMAL É UM DIA CHEIO DE OBSTÁCULOS PARA QUEM NÃO SE ENQUADRA NESSA SOCIEDADE PROJETADA PARA QUEM ENXERGA, PARA QUEM ESCUTA, PARA QUEM CAMINHA COM AS PRÓPRIAS PERNAS SEM DIFICULDADES, PARA QUEM É CONSIDERADO NORMAL.
	FALAS CURTAS SOBRE DIFICULDADES OU FALA DE EMPATIA	
	VINHETA DE ABERTURA COM OS NOMES	

	ISADORA NARRANDO EM OFF	ESTAMOS EM UM DOS PRINCIPAIS SHOPPING CENTERS DE CAMPO GRANDE, CAPITAL DO MATO GROSSO DO SUL, QUE CONTABILIZA MAIS DE 900 MIL HABITANTES. HOJE A FREQUÊNCIA ESTÁ DIFERENTE. É UM DIA ESPECIAL UM DESFILE DE MODA PROMETE O QUE O RESTANTE DA CIDADE NÃO OFERECE – INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE.
	CLIP DO DESFILE COM MÚSICA	
	FALA SARAH FALA JACKELINE	
	Isadora narrando em off	FORA DO GLAMOUR DAS PASSARELAS, SÓ RESTA ENFRENTAR O COTIDIANO DE QUEM ENFRENTA OS OBSTÁCULOS DAS RUAS, DOS PRÉDIOS E DAS DEMAIS PESSOAS//
	FALA MIRELLA FALA FABIANA	
	ISADORA NARRANDO EM OFF	A MIRELLA REPRESENTA AS MULHERES COM DEFICIÊNCIA DO MS. E ATÉ NA HORA DE DEFENDER SEUS DIREITOS, OS PRÉDIOS PÚBLICOS, ONDE O DIREITO DO CIDADÃO DEVERIA PREVALECER, SÃO MOTIVOS DE DIFICULDADES E, MUITAS VEZES, HUMILHAÇÃO//
	CENAS + FALA DA MIRELLA FALA SARAH SOBRE PRÉDIOS FALA JACKELINE	

	ISADORA NARRANDO EM OFF	EM ALGUNS AMBIENTES, A SITUAÇÃO COMEÇA A MELHORAR. PISO TÁTIL, SOFTWARES PARA DAR CONDIÇÕES AO TRABALHO E MESMO MONITORES PARA ACOMPANHAMENTO. O VANDERLEI TRABALHA NA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO DO SUL. ELE É CEGO E DÁ APOIO NA SECRETARIA DE ACESSIBILIDADE, DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO E SUPORTE ESTUDANTIL. ELE TAMBÉM É ALUNO DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO///
	FALAS E CENAS VANDERLEI FALA FABIANA	
	ISADORA NARRANDO/ OFF COM GRÁFICO	OS PRINCIPAIS TIPOS DE DEFICIÊNCIA SÃO: FÍSICA AUDITIVA VISUAL INTELECTUAL E PSICOSSOCIAL, TAMBÉM CONHECIDA COMO DEFICIÊNCIA POR SAÚDE MENTAL.
		EM CAMPO GRANDE, UM PRÉDIO PÚBLICO SE DESTACA DE FORMA POSITIVA. O BIOPARQUE PANTANAL, ONDE SE LOCALIZA O MAIOR AQUÁRIO DE ÁGUA DOCE

	ISADORA NARRANDO	DO MUNDO. O SHOW DE CORES, MOVIMENTOS E DIVERSIDADE DE ESPÉCIES PARA CONHECER ESTÁ ACESSÍVEL A TODOS. A ENTRADA É GRATUITA E A ACESSIBILIDADE FOI DETALHADAMENTE CALCULADA. O CAIO É JORNALISTA, FUNCIONÁRIO DO BIOPARQUE.
	FALA E CENAS DO CAIO/ ACOMPANHAMOS ELE	
	ISADORA NARRANDO	PARA PEGAR O ÔNIBUS E IR AO TRABALHO..... PARA ENTRAR EM UM PRÉDIO..... PARA VESTIR UMA ROUPA QUE ADOROU..... ACESSIBILIDADE É MAIS DO QUE UMA RAMPA NA CALÇADA OU UM PISO TÁTIL. É DIREITO DE TODO CIDADÃO.
	FALAS FINAIS (CURTAS) DE CADA ENTREVISTADO	